

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

O Popular

Novo aditivo aumenta valor do Cora em R$ 135 milhões

Atricon

3º LabTCs: experiências mostram caminhos para ampliar controle sobre atos de pessoal

Boas práticas na área de engenharia são apresentadas no 3º LabTCs

3º LabTCs: Projetos aprimoram políticas públicas e garantem aproximação com a sociedade

Instituto Rui Barbosa

IRB destaca atuação dos Tribunais de Contas em webinário sobre Primeira Infância no Plano Plurianual

Novo aditivo aumenta valor do Cora em R$ 135 milhões

O governo de Goiás autorizou novo aditivo de preço e elevou em mais R$ 135,48 milhões o valor a ser repassado à organização da sociedade civil (OSC) Fundação Pio XII, responsável pela construção e gestão do Complexo Oncológico de Referência (Cora), em Goiânia. Em julho do ano passado. o governo já havia assinado o primeiro aditivo de valor, com acréscimo de R$ 58,5 milhões no termo de colaboração (modalidade de contrato), que agora chega a pelo menos RS 2,58 bilhões por 12 anos.

Na última segunda-feira (12), em visita às obras, a direção da entidade informou nova previsão de funcionamento da primeira etapa, a ala de atendimento infantil do Cora, para junho. A estimativa representa mais de seis meses de atraso em relação à data estabelecida no cronograma inicial.

Embora assinado em 1º de abril, o novo termo aditivo não estava disponível no Portal da Transparência da Secretaria Estadual de Saúde (SES-GO) e só foi adicionado após questionamento do POPULAR, na última sexta-feira (9).

A Fundação Pio X11, responsável pelo Hospital de Amor, de Barretos (SP), foi escolhida pelo governo goiano em dezembro de 2022, com dispensa de licitação e sem chamamento público, para construir e gerir a unidade por 12 anos -podendo haver prorrogação por igual período. O valor iniciai era de R$ 2,39 bilhões. Como o tipo de contratação não segue regras de licitação, não há limite legal de que aditivos não ultrapassem 25% dos valores originais.

A SES-GO afirma que o novo acréscimo de R$ 135,4 milhões servirá para "inclusão de uma unidade móvel de prevenção ao câncer no escopo do Cora, adequação de metas de produção, conforme demandas atualizadas das áreas técnicas, e atualização dos custos unitários".

A pasta justifica que essa atualização é necessária porque os valores iniciais foram calculados com base em planilha com referência de 2021. A secretaria também afirmou que o valor acrescido contempla os 117 meses restantes de vigência do contrato, "resultando no custo médio mensal de aproximadamente R$ 1,153 milhão". Para a unidade móvel, o valor estimado mensal é de R$ 224,39 mil.

O aditivo do ano passado, de RS 58,5 milhões, foi assinado com justificativa de necessidade de acréscimo no orçamento para construção e estruturação da ala infantil. A SES-GO apontou na ocasião "revisão de indicadores de desempenho e metas previstas inicialmente e atualização de equipamentos devido a novas tecnologias, condições de suporte técnico e garantias".

A ala pediátrica estava orçada inicialmente em R$ 197,3 milhões, sendo R$ 139,2 milhões para a obra física e R$ 58,14

milhões para equipamentos e mobiliários. Com o primeiro aditivo de preço, o valor total passou a R$ 255,9 milhões, sendo RS 192,65 milhões para a construção e R$ 63,2 milhões para equipar. A mudança representou acréscimo de 30% no total previsto inicialmente para as instalações desta primeira ala.

O Portal da Transparência do governo estadual aponta que a fundação já recebeu R$ 235,55 milhões em repasses desde 2022. Deste total, R$ 2,65 milhões foram pagos para custeio, transferidos à entidade no mês passado.

A SES-GO informou que o novo acréscimo não tem relação com construção nem equipamentos, mas sim com esses repasses de custeio. O valor mensal da chamada Ia etapa da Fase 1 passou de R$ 3,249 milhões para R$ 4,245 milhões.

O termo de colaboração divide os repasses de custeio em três fases, sendo três etapas nas duas primeiras fases e uma na última, chegando a valor inicialmente previsto de RS 21,12 milhões e que agora passa a R$ 22,33 milhões mensais.

A ala pediátrica possuirá 48 leitos. A 2?ª etapa de implantação do complexo prevê construção e funcionamento da ala para adultos, com 100 leitos. Já a 3?ª etapa será para prevenção, com previsão de início da construção apenas em 2028. Ao total, com obras e equipamentos, a previsão é de R$ 724 milhões de investimentos.

Diante de termos técnicos e dados divididos por fases contidos nos aditivos, o POPULAR questionou à SES-GO o valor global atualizado do termo de colaboração com a Pio XII, mas a pasta se recusou a passar a informação. A reportagem registrou então pedido com base na Lei de Acesso à Informação (LAI) - que esta semana completa 13 anos de vigência no País - e aguarda resposta. Conforme dados gerais publicados no Diário Oficial do Estado (DOE), é possível apontar que o valor passa a pelo menos R$ 2,58 bilhões.

TRANSPARÊNCIA

Sobre o fato de o aditivo não estar disponível no Portal da Transparência, a SES-GO justificou que "até o momento, o Cora não possui estrutura de assistência pactuada, o que inviabiliza o monitoramento direto pela área técnica da Secretaria". "No entanto, foi solicitado o envio do documento para que fosse disponibilizado no portal, em conformidade com as diretrizes de transparência pública, o que foi feito nesta sexta-feira (9/5)", respondeu a secretaria.

Sobre o atraso na entrega da primeira ala. a SES-GO justificou que a conclusão das obras das vias de acesso foram prejudicadas pelas chuvas ocorridas nos últimos dois meses na capital. " As equipes seguem mobilizadas no local para finalizar as obras o mais rápido possível", completou. O presidente da fundação, Henrique Prata, falou da previsão para junho no evento de segunda-feira.

O modelo inédito de contratação da Pio XII foi questionado no Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e no Ministério Público de Goiás (MP-GO) em 2023, mas arquivado nos dois órgãos. As representações foram feitas pelo diretório estadual do PSDB, à época presidido pelo ex-governador Marconi Perillo, hoje dirigente nacional da sigla.

O governo goiano alega que a modelagem foi embasada na lei federal do marco regulatório das OSCs (nº 13.019/2014), que estabelece hipóteses em que a gestão pode dispensar realização de chamamento público, com "serviços de saúde" na lista. O governo também justifica que a escolha da OSC ocorreu por ser "singular, pois possui

notórias capacidade e especialidade no tema objeto da parceria, já que é reconhecido nacionalmente por sua atuação no Hospital de Amor".

Além dos recursos pactuados com o Estado, a entidade recebe doações de personalidades para a construção do chamado Lar dos Artistas do Amor, casa que fará parte do complexo para abrigar familiares e prestar assistência aos pacientes durante o tratamento. A obra tem custo estimado de R$ 16 milhões. O DJ Alok, que doou R$ 1 milhão para a casa, participou da visita ao Cora na segunda-feira.

Novo aditivo aumenta valor do Cora em R$ 135 milhões

GOVERNO DE GOIÁS Segunda ampliação no repasse para a Fundação Pio XII, assinada em 1º de abril, foi publicada após questionamento do POPULAR; total chega a R$ 2,58 bilhões por 12 anos

Fabiana Pulcineli
fabiana.pulcineli@opopular.com.br

Wildes Barbosa



Obras do complexo oncológico em andamento: previsão de funcionamento da primeira etapa da nova unidade tem mais de seis meses de atraso

O governo de Goiás autorizou novo aditivo de preço e elevou em mais R$ 135,48 milhões o valor a ser repassado à organização da sociedade civil (OSC) Fundação Pio XII, responsável pela construção e gestão do Complexo Oncológico de Referência (Cora), em Goiânia. Em julho do ano passado, o governo já havia assinado o primeiro aditivo de valor, com acréscimo de R$ 58,5 milhões no termo de colaboração (modalidade de contrato), que agora chega a pelo menos R$ 2,58 bilhões por 12 anos.

Na última segunda-feira (12), em visita às obras, a direção da entidade informou nova previsão de funcionamento da primeira etapa, a ala de atendimento infantil do Cora, para junho. A estimativa representa mais de seis meses de atraso em relação à data estabelecida no cronograma inicial.

Embora assinado em 1º de abril, o novo termo aditivo não estava disponível no Portal da Transparência da Secretaria Estadual de Saúde (SES-GO) e só foi adicionado após questionamento do POPULAR, na última sexta-feira (9).

A Fundação Pio XII, responsável pelo Hospital de Amor, de Barretos (SP), foi escolhida pelo governo goiano em dezembro de 2022, com dispensa de licitação e sem chamamento público, para construir e gerir a unidade por 12 anos - podendo haver prorrogação por igual período. O valor inicial era de R$ 2,39 bilhões. Como o tipo de contratação não segue regras de licitação, não há limite legal de que aditivos não ultrapassem 25% dos valores originais.

> *"(Aditivo prevê) inclusão de uma unidade móvel de prevenção ao câncer no escopo do Cora, adequação de metas de produção, conforme demandas atualizadas das áreas técnicas, e atualização dos custos unitários"*
>
> **Secretaria Estadual de Saúde (SES-GO), em nota**

A SES-GO afirma que o novo acréscimo de R$ 135,4 milhões servirá para "inclusão de uma unidade móvel de prevenção ao câncer no escopo do Cora, adequação de metas de produção, conforme demandas atualizadas das áreas técnicas, e atualização dos custos unitários".

A pasta justifica que essa atualização é necessária porque os valores iniciais foram calculados com base em planilha com referência de 2021. A secretaria também afirmou que o valor acrescido contempla os 117 meses restantes de vigência do contrato, "resultando no custo médio mensal de aproximadamente R$ 1,153 milhão". Para a unidade móvel, o valor estimado mensal é de R$ 224,39 mil.

O aditivo do ano passado, de R$ 58,5 milhões, foi assinado com justificativa de necessidade de acréscimo no orçamento para construção e estruturação da ala infantil. A SES-GO apontou na ocasião "revisão de indicadores de desempenho e metas previstas inicialmente e atualização de equipamentos devido a novas tecnologias, condições de suporte técnico e garantias".

A ala pediátrica estava orçada inicialmente em R$ 197,3 milhões, sendo R$ 139,2 milhões para a obra física e R$ 58,14 milhões para equipamentos e mobiliários. Com o primeiro aditivo de preço, o valor total passou a R$ 255,9 milhões, sendo R$ 192,65 milhões para a construção e R$ 63,2 milhões para equipar. A mudança representou acréscimo de 30% no total previsto inicialmente para as instalações desta primeira ala.

O Portal da Transparência do governo estadual aponta que a fundação já recebeu R$ 235,55 milhões em repasses desde 2022. Deste total, R$ 2,65 milhões foram pagos para custeio, transferidos à entidade no mês passado.

A SES-GO informou que o novo acréscimo não tem relação com construção nem equipamentos, mas sim com esses repasses de custeio. O valor mensal da chamada 1ª etapa da Fase 1 passou de R$ 3,249 milhões para R$ 4,245 milhões.

O termo de colaboração divide os repasses de custeio em três fases, sendo três etapas nas duas primeiras fases e uma na última, chegando a valor inicialmente previsto de R$ 21,12 milhões e que agora passa a R$ 22,33 milhões mensais.

A ala pediátrica possuirá 48 leitos. A 2ª etapa de implantação do complexo prevê construção e funcionamento da ala para adultos, com 100 leitos. Já a 3ª etapa será para prevenção, com previsão de início da construção apenas em 2028. Ao total, com obras e equipamentos, a previsão é de R$ 724 milhões de investimentos.

Diante de termos técnicos e dados divididos por fases contidos nos aditivos, o POPULAR questionou à SES-GO o valor global atualizado do termo de colaboração com a Pio XII, mas a pasta se recusou a passar a informação. A reportagem registrou então pedido com base na Lei de Acesso à Informação (LAI) - que esta semana completa 13 anos de vigência no País - e aguarda resposta. Conforme dados gerais publicados no Diário Oficial do Estado (DOE), é possível apontar que o valor passa a pelo menos R$ 2,58 bilhões.

TRANSPARÊNCIA

Sobre o fato de o aditivo não estar disponível no Portal da Transparência, a SES-GO justificou que "até o momento, o Cora não possui estrutura de assistência pactuada, o que inviabiliza o monitoramento direto pela área técnica da Secretaria". "No entanto, foi solicitado o envio do documento para que fosse disponibilizado no portal, em conformidade com as diretrizes de transparência pública, o que foi feito nesta sexta-feira (9/5)", respondeu a secretaria.

Sobre o atraso na entrega da primeira ala, a SES-GO justificou que a conclusão das obras das vias de acesso foram prejudicadas pelas chuvas ocorridas nos últimos dois meses na capital. "As equipes seguem mobilizadas no local para finalizar as obras o mais rápido possível", completou. O presidente da fundação, Henrique Prata, falou da previsão para junho no evento de segunda-feira.

O modelo inédito de contratação da Pio XII foi questionado no Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e no Ministério Público de Goiás (MP-GO) em 2023, mas arquivado nos dois órgãos. As representações foram feitas pelo diretório estadual do PSDB, à época presidido pelo ex-governador Marconi Perillo, hoje dirigente nacional da sigla.

O governo goiano alega que a modelagem foi embasada na lei federal do marco regulatório das OSCs (nº 13.019/2014), que estabelece hipóteses em que a gestão pode dispensar realização de chamamento público, com "serviços de saúde" na lista. O governo também justifica que a escolha da OSC ocorreu por ser "singular, pois possui notórias capacidade e especialidade no tema objeto da parceria, já que é reconhecido nacionalmente por sua atuação no Hospital de Amor".

Além dos recursos pactuados com o Estado, a entidade recebe doações de personalidades para a construção do chamado Lar dos Artistas do Amor, casa que fará parte do complexo para abrigar familiares e prestar assistência aos pacientes durante o tratamento. A obra tem custo estimado de R$ 16 milhões. O DJ Alok, que doou R$ 1 milhão para a casa, participou da visita ao Cora na segunda-feira.

3º LabTCs: experiências mostram caminhos para ampliar controle sobre atos de pessoal

Flavia Rezende, do TCE-AMBeatriz Pompeia, da Atricon

A tecnologia como aliada do controle externo deu o tom das apresentacoes na sala dedicada a gestao de pessoal durante o segundo dia de programacoes do 3o Laboratorio de Boas Praticas dos Tribunais de Contas (LabTCs), em Sao Paulo. Quatro tribunais mostraram como estao enfrentando desafios como volume excessivo de processos, falta de estrutura nos dados e lentidao na tramitacao com solucoes inovadoras baseadas em automacao, inteligencia artificial e reestruturacao de fluxos.

Abrindo o painel, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) apresentou a Ferramenta Automatizada de Triagem e Instrucao Massiva de Aposentadorias (Fatima), que reduz drasticamente o tempo de analise de aposentadorias, e o Sistema de Indicios de Irregularidades (Sisind), que cruza informacoes da folha com bases externas para detectar irregularidades. Na sequencia, o Tribunal de Contas do Municipio do Rio de Janeiro (TCMRio) trouxe sua experiencia de digitalizacao completa da jornada do servidor, com auditorias automatizadas desde o concurso ate a pensao. Fechando o painel, o Tribunal de Contas do Estado de Goias (TCE-GO) detalhou o Sistema de Atos de Pessoal (SIAP), que organiza o envio de atos de pessoal com inteligencia automatizada e ja gerou reducao significativa nos prazos e aumento da qualidade da analise.

>> Veja mais imagens das apresentacoes

Ferramenta Automatizada de Triagem e Instrucao Massiva de Aposentadorias (Fatima) - TCE-RJ

Abrindo a sequencia de apresentacoes da sala, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) destacou a experiencia com a Fatima, sistema desenvolvido para agilizar a analise de processos de aposentadoria.

De acordo com o auditor Fabio Vasconcelos Fernandes, responsavel pela apresentacao, a ferramenta foi pensada para enfrentar a alta demanda da area de atos de pessoal e vem transformando o trabalho da 3a Coordenadoria de Atos de Pessoal do TCE-RJ. "A Fatima revolucionou a nossa forma de tratar os ativos no Tribunal. Antes dela, a gente recebia os processos digitalizados, mas ainda sem inteligencia por tras. Hoje temos um sistema que confronta dados, aplica regras legais e entrega consistencia", afirmou.

O sistema realiza uma triagem automatizada com base em mais de 300 regras parametrizadas, verificando requisitos como idade minima, tempo de contribuicao, natureza da atividade exercida e marcos legais vigentes. Desde dezembro de 2023, mais de 8 mil processos foram instruidos pela Fatima, com tempo medio de analise reduzido para 58 dias.

Alem disso, o sistema gera modelos automaticos de instrucao e oficio saneador e permite gestao do acervo via BI.

Fabio tambem ressaltou o potencial de evolucao da ferramenta com o uso mais profundo dos dados digitalizados: "A Fatima tem futuro para batalhar nessa frente. Com essa questao agora da leitura dos PDFs, a gente vai poder acessar o conteudo dos autos e verificar a coerencia entre o que foi digitalizado e o que esta lancado. Isso abre caminho para fazer cruzamentos com bases externas e dar mais robustez a analise".

Sistema de Indicios de Irregularidades (Sisind) - TCE-RJ

A segunda boa pratica apresentada na sala tambem foi do TCE-RJ. Eduardo Gil da Silva, coordenador-geral de Pagamento de Pessoal da Corte fluminense, apresentou o Sistema de Indicios de Irregularidades (Sisind), ferramenta desenvolvida para monitorar e cruzar dados da folha de pagamento dos jurisdicionados com bases internas e externas, gerando alertas de possiveis irregularidades de forma automatizada.

"Folha de pagamento extrapola a capacidade humana de analise. Nao cabe mais ao auditor fazer esse trabalho manualmente", afirmou Eduardo Gil. Segundo ele, o Sisind surgiu da necessidade de modernizar a fiscalizacao e dar resposta mais agil a problemas recorrentes, como pagamentos indevidos, acumulos irregulares de cargos, extrapolacao de tetos remuneratorios, pensoes indevidas e ate pagamentos a pessoas ja falecidas.

O sistema recebe periodicamente os dados de pessoal dos orgaos jurisdicionados e os submete a uma serie de analises com base em regras internas e externas.Eduardo citou como exemplo um caso real no qual foram detectados 400 indicios de acumulacao indevida em um unico processo, que tramitava havia mais de uma decada. Com o Sisind, esse tipo de problema pode ser identificado e devolvido ao jurisdicionado com mais rapidez e eficacia.

Entre os beneficios alcancados com esta iniciativa, e possivel destacar que a automacao tambem permitiu realocar os auditores para atividades que exigem presenca tecnica mais qualificada. "A gente lidera um auditor para fazer a auditoria que de fato precisa da presenca dele. O sistema cuida do resto", completou. A experiencia foi destacada como exemplo de como o uso inteligente de dados pode transformar o controle externo.

Automacao da Fiscalizacao de Atos de Pessoal - TCMRio

A terceira boa pratica foi apresentada pelo Tribunal de Contas do Municipio do Rio de Janeiro (TCMRio), com a exposicao do auditor Heron Alexandre Moraes Rodrigues, da 5a Inspetoria Geral de Controle Externo. O projeto mostrou como a Corte implementou a automacao na fiscalizacao de atos de pessoal, com foco na digitalizacao completa da jornada do servidor - desde a admissao por concurso publico ate a aposentadoria e a eventual pensao.

Segundo Heron, o setor de pessoal do Tribunal lidava com um universo de mais de 215 mil vinculos e um gasto mensal de R$ 1,2 bilhao, mas ate pouco tempo todas as informacoes ainda eram tratadas em papel. "A gente recebia as admissoes com copias fisicas e fazia as checagens manualmente, cruzando documentos com listas de concurso. Nao havia auditoria sistematica da folha de ativos", explicou. Ao assumir o setor, a equipe decidiu sair do papel e investir em sistemas que dessem conta da complexidade e do volume de dados.

A estrategia adotada foi mapear toda a trajetoria funcional do servidor, desde a publicacao do concurso no Diario Oficial ate a aposentadoria, criando ferramentas especificas para cada etapa: analise digital de concursos, verificacao da

legalidade das admissoes, auditoria da folha de ativos, analise das aposentadorias e fiscalizacao das pensoes.

O projeto tambem envolveu a construcao de uma estrutura propria de checagem baseada nas leis vigentes para cada categoria funcional. "A gente precisava saber se aquele servidor realmente trabalhou 30 anos, se houve faltas ou licencas, se o provento indicado era condizente com a folha real. Com os sistemas, conseguimos fazer essa validacao com seguranca", completou.

Sistema de Atos de Pessoal (SIAP) - TCE-GO

Encerrando as apresentacoes da sala, o Tribunal de Contas do Estado de Goias (TCE-GO) apresentou o Sistema de Atos de Pessoal (SIAP), uma iniciativa voltada para tornar mais agil e eficiente a analise de aposentadorias e outros atos relacionados a gestao de pessoas. A explicacao foi conduzida pelo auditor de controle externo Marcelo Augusto Pedreira Xavier, chefe do Servico de Analise de Recursos da Gerencia de Fiscalizacao de Atos de Pessoal do TCE-GO.

Segundo Marcelo, os processos costumavam chegar ao Tribunal sem estrutura adequada, em arquivos digitais dificeis de ler ou calcular. Para enfrentar esse cenario, o TCE-GO organizou um fluxo de etapas, com preenchimento de dados diretamente pelos orgaos de origem. "Ao inves de receber so mais um papel eletronico, cheio de PDFs, construimos uma sequencia de passos e documentos que alimentam uma base de dados. A partir disso, o sistema ja entrega ao jurisdicionado uma serie de criticas e validacoes", explicou.

Com o novo sistema, o tempo medio para analise tecnica de aposentadorias caiu de 405 para 144 dias, e o prazo total ate o julgamento foi praticamente reduzido pela metade. Mais de mil ocorrencias foram detectadas automaticamente. Outro avanco foi a comunicacao mais agil. "Reduzimos de 300 dias para 30 dias o prazo medio para resposta de solicitacoes de informacao. Evitamos mais de 150 diligencias com o uso do SIAP", afirmou o auditor.

Apesar dos avancos, Marcelo reconheceu que a mudanca ainda tem muitos desafios: "e necessario comecar antes mesmo de qualquer sistema, mapeando e documentando padroes e procedimentos. E uma mudanca de cultura, e ela precisa ser conduzida com planejamento", concluiu.

O LabTCs

O LabTCs tem origem no Marco de Medicao de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), que avalia e destaca boas praticas no ambito dos orgaos de controle. A partir do mapeamento, sao selecionadas experiencias que demonstram impacto positivo na eficiencia, transparencia e modernizacao da administracao publica para serem apresentadas durante o evento.

A iniciativa visa incentivar a implementacao de boas praticas em diferentes contextos institucionais e promover discussoes sobre tendencias, tecnicas e solucoes inovadoras para aprimorar a atuacao dos TCs.

O evento e uma realizacao da Associacao dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), em parceria com o Tribunal de Contas do Municipio de Sao Paulo (TCM-SP) e com o Instituto Rui Barbosa (IRB), e conta com o apoio do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), da Associacao Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon), da Associacao Brasileira dos Tribunais de Contas dos

Municipios (Abracom), da Associacao de Entidades Oficiais de Controle Publico do Mercosul (ASUR) e do Tribunal de Contas dos Municipios do Estado de Goias (TCM-GO).

Boas práticas na área de engenharia são apresentadas no 3º LabTCs

Giulia Gazetta, do TCM-SPDebora Andrade, Atricon

O segundo dia do 3o Laboratorio de Boas Praticas dos Tribunais de Contas (LabTCs) reuniu representantes do Ceara, Goias e Sao Paulo em um painel composto por cinco palestras tecnicas voltadas a area de engenharia.

A primeira apresentacao foi conduzida pelo secretario de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Ceara (TCE-CE), Marcel Oliveira Albuquerque, que apresentou o eObras.

>> Veja mais fotos das apresentacoes

A ferramenta, segundo Albuquerque, "foi desenvolvida muito rapidamente, com baixo esforco e aplicacao imediata" para agilizar a avaliacao e o controle de obras publicas, alem de fornecer insights relevantes que favorecem decisoes mais rapidas e precisas no ambito da fiscalizacao exercida pela Corte de Contas. "90% do que procuramos, encontramos nesse sistema. Os dados sao todos integrados. Tem orcamento da obra, medicoes atuais e antigas numeradas, tudo o que precisamos", concluiu o secretario.

Na sequencia, o auditor de controle externo Raimir Holanda Filho, da Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento do TCE-CE, compartilhou mais uma boa pratica do Tribunal. Ele abordou o sistema MIDR: Medidor de Irregularidade e Defeitos em Rodovias, desenvolvido no ambito do Programa Cientista Chefe. A plataforma utiliza inteligencia artificial para classificar e visualizar dados sobre defeitos em rodovias estaduais, permitindo a avaliacao da qualidade dos pavimentos de forma automatizada e precisa.

De acordo com Holanda, o projeto funciona da seguinte maneira: "sao instalados smartphones nos veiculos do Tribunal que capturam imagens (videos) e o georreferenciamento das rodovias estaduais. Os dados sao disponibilizados na plataforma, o sistema processa os videos e identifica os problemas", explicou.

A terceira palestra do painel foi ministrada pelo auditor de controle externo Fernando Duarte Barbalho, da Gerencia de Fiscalizacao de Obras e Servicos de Engenharia do Tribunal de Contas do Estado de Goias (TCE-GO), que discorreu sobre a realizacao de levantamentos topograficos com aplicacao de geotecnologias.

Barbalho detalhou o uso de equipamentos automatizados para a coleta de dados, empregados no levantamento da superficie e na verificacao de empreendimentos fiscalizados - abordagem que permite comparar as informacoes obtidas com os documentos apresentados pelos jurisdicionados ou contratados.

Segundo ele, a metodologia adotada possibilita a geracao de relatorios a partir da analise critica e comparativa dos dados coletados, alinhados aos criterios tecnicos de execucao de cada servico.

"Essas solucoes de escaneamento trouxeram maior versatilidade, asseguraram mais celeridade, permitiram a criacao de modelos digitais das obras e proporcionaram avancos no controle preventivo de possiveis desvios ou danos", destacou o auditor.

Representando o Tribunal de Contas do Municipio de Sao Paulo (TCM-SP), anfitriao do evento, o auditor de controle externo Eduardo Silveira Carvalho, da Coordenadoria VII da Secretaria de Controle Externo (SCE), apresentou a quarta palestra do painel, com o tema Ensaios de Controle Tecnologico aplicados em auditorias de obras e servicos de engenharia.

Carvalho explicou como a adocao desses ensaios como ferramenta de apoio as auditorias contribui para obter evidencias objetivas sobre a qualidade e a quantidade dos servicos executados pelos jurisdicionados.

"Com os ensaios de controle tecnologico, conseguimos verificar a espessura, o grau de compactacao, o teor de betume e a granulometria. A realizacao dessas verificacoes tem resultado na reducao da quantidade de irregularidades, o que evidencia o efeito pedagogico da nossa auditoria", destacou Carvalho.

Encerrando o painel, o auditor de controle externo Danilo Mendes Resende, do Tribunal de Contas dos Municipios do Estado de Goias (TCM-GO), apresentou o projeto Controle de Prazos de Obra.

Resende destacou que a iniciativa tem como objetivo garantir que as obras publicas sejam executadas o mais proximo possivel dos cronogramas inicialmente planejados, promovendo maior eficiencia na gestao do tempo e na fiscalizacao de prazos.

"Tivemos bons resultados preliminares. Dos 43 contratos fiscalizados, 31 apresentaram atrasos. Destes, 10 reprogramaram seus cronogramas e concluiram o objeto. Quinze ainda estao em andamento. O desfecho foi positivo em 11 dos 16 contratos analisados ate o momento, ou seja, 68,5%", comemorou o auditor.

O LabTCs

O LabTCs tem origem no Marco de Medicao de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), que avalia e destaca boas praticas no ambito dos orgaos de controle. A partir do mapeamento, sao selecionadas experiencias que demonstram impacto positivo na eficiencia, transparencia e modernizacao da administracao publica para serem apresentadas durante o evento.

A iniciativa visa incentivar a implementacao de boas praticas em diferentes contextos institucionais e promover discussoes sobre tendencias, tecnicas e solucoes inovadoras para aprimorar a atuacao dos TCs.

O evento e uma realizacao da Associacao dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), em parceria com o Tribunal de Contas do Municipio de Sao Paulo (TCM-SP) e com o Instituto Rui Barbosa (IRB), e conta com o apoio do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), da Associacao Nacional dos Ministros e

Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon), da Associacao Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municipios (Abracom), da Associacao de Entidades Oficiais de Controle Publico do Mercosul (ASUR) e do Tribunal de Contas dos Municipios do Estado de Goias (TCM-GO).

3º LabTCs: Projetos aprimoram políticas públicas e garantem aproximação com a sociedade

Marcelo Oliveira, do TCM-PAFoto: Debora Andrade/Atricon

Quatro Tribunais de Contas apresentaram, nesta quarta-feira (14), suas iniciativas durante o 3o Laboratorio de Boas Praticas dos TCs (LabTCs): "Observatorio de Politicas Publicas do TCM-SP", "Programa de Avaliacao de Contas Municipais de Governo (ProGov)", "Raio-X dos Municipios" e "Observatorio de Politicas Publicas do TCE-GO".

A primeira boa pratica e do TCM-SP, apresentada pela coordenadora do Observatorio de Politicas Publicas, Egle Monteiro, que mostrou a contribuicao da ferramenta com auditorias, a participacao do Observatorio em si em paineis de referencia de auditorias operacionais, nos planejamentos dessas auditorias. Cada painel de referencia e um momento previo a auditoria, integrando o planejamento e construindo as auditorias.

Ela exemplificou essa atuacao junto aos equipamentos publicos de acolhida a mulheres em vulnerabilidade social, de enfrentamento a violencia e pobreza menstrual. Egle trouxe tambem o trabalho do projeto dentro da area da educacao relacionada a primeira infancia.

Para o Observatorio, foi construida uma matriz de validacao dos trabalhos e a parceria com universidades, orgaos pubicos e nao-governamentais. Ela evidenciou as correlacoes do trabalho com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentavel da ONU, como a reducao de desigualdades, acoes sobre cidades sustentaveis e contra a mudanca global do clima.

A segunda apresentacao foi do projeto "ProGov" , do TCE-PR, com a exposicao feita pelo auditor Eduardo Schnorr, explicando as mudancas ocorridas nas elaboracoes de pareceres previos das contas municipais de governo. A iniciativa implantou o modelo de analise de governo que buscou aferir o resultado da atuacao governamental quanto ao estabelecimento de metas e objetivos, a alocacao de recursos, a implementacao de processos e a disponibilizacao de servicos e produtos visando ao atendimento de necessidades da populacao e ao equilibrio fiscal do municipio. Eduardo disse que o "ProGov"e aplicavel as prestacoes de contas do exercicio financeiro de 2022.

A metodologia foi detalhada pelo auditor, que indicou a aplicacao de questionarios, conseguindo a expressiva abrangencia de 99,9% do publico-alvo, entre eles, administradores financeiros. Eduardo Schnorr completou ainda falando sobre a participacao ativa do controle interno dos municipios, com uso dos canais de comunicacao e de aplicativo de envio de mensagens instantaneas para execucao do projeto. Para alcancar os objetivos, o TCE-PR busca o pertencimento dos envolvidos com realizacao de evento e oficinas, para conhecer as realidades municipais.

Em seguida, o projeto do TCM-PA chamado de "Raio-X dos Municipios" tambem foi uma boa pratica apresentada enquanto ferramenta de acessibilidade informacional sobre 10 politicas publicas, entre elas, educacao, previdencia social e royalties. A apresentacao foi feita pelo diretor de Fiscalizacao e Controle Externo, Felipe Souza, que experienciou ao publico conhecer os paineis que trazem graficos, mapas e dados atualizados, com filtros que permitem coleta direcionada de informacoes.

Ele comentou, ainda, que o "Raio-X dos Municipios" tambem traz o cruzamento de dados de outros orgaos publicos, fornecendo subsidios para essas outras instituicoes possam aprimorar as atividades e a sociedade em geral ter maior controle sobre as politicas publicas e os gastos com as mesmas. Entre os desafios, ha disponibilidade e qualidade dos dados e integracao das bases diversas.

A ultima apresentacao foi do TCE-GO, sendo representado pela auditora Vania Silva, e versou sobre o novo contexto do Controle Externo, a NBASP 9020 e ato administrativo da Corte de Contas para o portal sobre as principais politicas publicas no Estado de Goias. O Observatorio goiano traz indicadores em uma linguagem grafica e acessivel para os mais diversos publicos.

Vania Silva falou que foram realizados, dentro da metodologia do projeto, agrupamentos tematicos, prospeccao e mapeamento para a criacao da plataforma. Hoje, o TCE-GO disponibiliza paineis nas areas da educacao, saude e seguranca. Ela mostrou a situacao relatada no painel de saude citando dados sobre mortalidade materna. As pesquisas nessa plataforma tambem sao possiveis com filtros e series historicas das regioes e Brasil.

O LabTCs

O LabTCs tem origem no Marco de Medicao de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), que avalia e destaca boas praticas no ambito dos orgaos de controle. A partir do mapeamento, sao selecionadas experiencias que demonstram impacto positivo na eficiencia, transparencia e modernizacao da administracao publica para serem apresentadas durante o evento.

A iniciativa visa incentivar a implementacao de boas praticas em diferentes contextos institucionais e promover discussoes sobre tendencias, tecnicas e solucoes inovadoras para aprimorar a atuacao dos Tribunais de Contas

O evento e uma realizacao da Associacao dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) em parceria com o Tribunal de Contas do Municipio de Sao Paulo (TCM-SP) e com o Instituto Rui Barbosa (IRB) e conta com o apoio do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), da Associacao Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon), da Associacao Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municipios (Abracom), da Associacao de Entidades Oficiais de Controle Publico do Mercosul (ASUR) e do Tribunal de Contas dos Municipios do Estado de Goias (TCM-GO).

IRB destaca atuação dos Tribunais de Contas em webinário sobre Primeira Infância no Plano Plurianual

O Instituto Rui Barbosa (IRB) teve papel de destaque no webinario "Primeira Infancia no Plano Plurianual (PPA)", realizado na tarde dessa segunda-feira (12/5), com transmissao simultanea pelo canal da Fundacao Maria Cecilia Souto Vidigal (FMCSV) no YouTube. O evento, promovido pela FMCSV com apoio do IRB, da Associacao dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), da Fundacao Van Leer e da Rede Nacional Primeira Infancia (RNPI), reuniu representantes de Tribunais de Contas, gestores publicos e especialistas para debater estrategias de priorizacao da infancia no planejamento e orcamento dos municipios.

O Presidente do Comite Tecnico da Primeira Infancia do IRB e Membro do Tribunal de Contas do Estado de Goias (TCE-GO), Conselheiro Edson Ferrari (TCE-GO), representou o Instituto e destacou os avancos dos Tribunais de Contas desde 2021 na consolidacao de Politicas Publicas voltadas a infancia. Ferrari, que tambem atua como representante institucional da Atricon para o tema, anunciou que os resultados da Auditoria Operacional conduzida pelo Comite serao divulgados em breve, com o objetivo de subsidiar acoes de controle mais eficazes na area. "Estamos diante de uma agenda prioritaria, e o Controle Externo esta assumindo seu papel com responsabilidade e celeridade", afirmou.

Durante o encontro, o IRB foi reconhecido como um dos principais articuladores tecnicos do debate nacional sobre a infancia nos PPAs, contribuindo com conhecimento especializado, desenvolvimento de materiais e apoio a capacitacao de gestores publicos. A atuacao conjunta do Instituto com os Tribunais de Contas reforca o compromisso com a efetivacao dos direitos das criancas de 0 a 6 anos, conforme preconizado na Constituicao Federal.

Tambem participou do evento o coordenador da Comissao de Educacao da Atricon, Conselheiro Cezar Miola, que ressaltou a necessidade de os planos de governo refletirem o principio da prioridade absoluta a crianca. Miola defendeu uma atuacao dos Tribunais de Contas cada vez mais voltada a analise qualitativa dos investimentos publicos, para alem da verificacao formal da aplicacao de recursos.

Alem da participacao institucional do IRB, o webinario contou com a apresentacao de experiencias exitosas dos Tribunais de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR), conduzida pela Conselheira Cilene Lago Salomao, Membro da Diretoria do IRB, e do Mato Grosso do Sul (TCE-MS), compartilhada pelo Conselheiro Substituto Celio Lima. Tambem foram apresentadas boas praticas dos municipios de Boa Vista (RR), Fortaleza (CE) e Recife (PE), que vem implementando politicas voltadas ao desenvolvimento integral das criancas nos seus PPAs.

A mediacao foi conduzida por Karina Fasson, gerente especialista em Politicas Publicas e Primeira Infancia da FMCSV.

Como apoio a continuidade do trabalho nos municipios, a Fundacao disponibilizou o curso "Primeira Infancia Primeiro no PPA", na plataforma da Escola Nacional de Administracao Publica (ENAP). Acesse a capacitacao clicando no link: https://www.escolavirtual.gov.br/curso/516.